

A Chronica da Terceira e o seu contributo para a implantação do Liberalismo em Portugal

Mário Matos e Lemos

Em 1808, com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, Portugal ficou sob domínio francês. A situação política e social do país era extremamente difícil. A população estava desmoralizada e a economia em ruínas. A imprensa, que era controlada pelo governo francês, não podia expressar as opiniões da população. Foi neste contexto que surgiu a *Chronica da Terceira*, uma publicação clandestina que se tornou um dos principais veículos de expressão da opinião pública em Portugal durante o período da ocupação francesa.

A *Chronica da Terceira* foi fundada em 1808, no ano da fuga da família real para o Brasil. O seu objetivo principal era divulgar as notícias e as opiniões da população portuguesa sobre a situação do país e sobre a ocupação francesa.

A *Chronica da Terceira* foi fundada por um grupo de intelectuais e escritores portugueses que se reuniam em torno de uma casa em Lisboa. O seu primeiro número foi publicado em 1808, no ano da fuga da família real para o Brasil. O jornal era publicado clandestinamente e era muito perseguido pelas autoridades francesas.

A *Chronica da Terceira* foi um dos principais veículos de expressão da opinião pública em Portugal durante o período da ocupação francesa. O jornal divulgava notícias e opiniões sobre a situação do país e sobre a ocupação francesa. O jornal também divulgava notícias sobre a situação política e social do Brasil, onde a família real portuguesa se refugiara.

A *Chronica da Terceira* foi um dos principais veículos de expressão da opinião pública em Portugal durante o período da ocupação francesa. O jornal divulgava notícias e opiniões sobre a situação do país e sobre a ocupação francesa.

O objectivo deste pequeno trabalho é recordar a importância que teve, para a implantação do liberalismo em Portugal, um semanário açoriano, a *Chronica da Terceira*, que, como se sabe, foi o primeiro jornal dos Açores.

Fundado em Março de 1830, já com a ilha Terceira dominada pelos partidários de D. Maria II e com a Regência ali acabada de chegar e de se instalar, a *Chronica da Terceira* não foi o primeiro jornal liberal português, pois tanto em Inglaterra como em França desde há muitos anos – desde o primeiro exílio – que os liberais expatriados haviam publicado jornais que defendiam e procuravam propagar as suas ideias. “As primeiras intervenções dos exilados portugueses em Inglaterra e França sobretudo, foram marcadas pela sua colaboração em jornais, de que alguns chegaram a ser os próprios redactores” – recordam Isabel Vargues e Luís Reis Torgal¹. O escol dos exilados portugueses – que assistira à luta pela liberdade de imprensa, em particular em França depois da queda de Napoleão, conhecia bem o valor de um órgão de informação para defesa de ideais; não admira, portanto, que a Regência, uma vez chegada aos Açores, quisesse fazer sair uma publicação que marcasse presença no único lugar em solo português que os constitucionistas dominavam. Foi esse jornal a *Chronica da Terceira*.

Antes, porém, de falar do periódico, permita-se-me recordar, em traços muito gerais, o contexto político em que surgiu.

A 18 de Maio de 1828, a ilha Terceira, sob a égide do governador e capitão-general, Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar, aclamou Rei o Infante D. Miguel. Todavia, pouco mais de um mês decorrido, a 21 de Junho, o 5.º Batalhão de Caçadores de Angra² revoltou-se, às ordens do major José Quintino Dias, obrigando o capitão-general a fugir para a ilha de São Miguel que se mantivera fiel ao Rei Absoluto.

Apesar de nem toda a população ser fiel ao constitucionalismo³, a Câmara de Angra escreveu ao Imperador do Brasil, em 8 de Setembro, manifestando apoio a sua filha, D. Maria, e constituiu uma Junta Provisória (de que faziam parte o cónego João da Cunha Ferraz, o coronel José António da Silva Torres e o brigadeiro Diocleciano Cabreira, este acabado de chegar do Rio de Janeiro) e no dia 4 de Outubro uma força do 5.º Batalhão de Caçadores, comandada pelo coronel Torres, de novo se sobrepôs aos miguelistas, que se haviam concentrado no Pico do

¹ *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, pp. 81 e 82.

² Fora deportado para os Açores em 1823 devido aos seus sentimentos liberais, in Dr. Carlos Passos, *História de Portugal*, ed. Barcelos, p. 180.

³ As guerrilhas miguelistas, de que faziam parte até desertores do 5º Batalhão, atormentavam os liberais.

Celeiro, a duas milhas da Vila da Praia. À Terceira dificilmente chegavam, nessa altura, socorros, devido ao bloqueio inglês. Assim, quando, a 16 de Janeiro, chegaram de Inglaterra à Vila da Praia alguns navios trazendo a bordo o general Saldanha e um grupo de 600 emigrados, duas fragatas inglesas opuseram-se pela força ao seu desembarque e Saldanha, protestando, voltou à Europa. Pouco tempo depois, em Março, os navios britânicos – cujos canhões, no dizer de Oliveira Martins, abalaram o ministério de Wellington – retiraram-se deixando três navios da esquadra de D. Miguel a cruzar naquelas águas. A pouca eficiência do bloqueio, nessa altura, possibilitou aos defensores da ilha receberem de Inglaterra não só muito material que lhes iria permitir manter a resistência, como armas, mantimentos e uniformes, mas também reforços humanos. Em Junho, no dia 15, o Imperador do Brasil, na qualidade de tutor de sua filha, mandou formar uma Regência em Angra para governar todo o Reino enquanto D. Maria II não recuperasse o trono. Constituiriam essa Regência o então marquês de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (que seria substituído em Londres por D. Tomás de Mascarenhas), o conde de Vila Flor, futuro Duque da Terceira, António José de Sousa Menezes, e o conselheiro José António Guerreiro. Vila Flor, nomeado por Palmela⁴, em Abril de 1829, governador e capitão-general dos Açores e comandante da força armada existente na Terceira, desembarcara no dia 10 de Julho seguinte, acompanhado por duas dezenas de oficiais, e tomara imediatamente energias medidas de reparação dos fortes e de preparação dos militares para resistir a um muito provável ataque das forças de D. Miguel. Com efeito, uma poderosa esquadra absolutista, com 21 navios e mais de 3.000 homens de desembarque, chegou à vista da Terceira no dia 29 desse mesmo mês, mas só a 11 de Agosto foi tentado o desembarque na Vila da Praia, que depois seria da Vitória, tendo os atacantes sofrido uma derrota pesada e deslustrada, para dizer o menos. Foi uma vitória importante a dos constitucionais, pois permitiu a chegada de mais exilados, principalmente os que o Duque de Wellington ia expulsando de Inglaterra, e abriu caminho à vinda de Palmela e Guerreiro, os quais, a 15 de Março de 1830, chegaram à Terceira a bordo de uma escuna inglesa que teve a sorte de não encontrar nenhum dos navios do bloqueio miguelista. No dia seguinte ao desembarque instalava-se a Regência e um mês depois surgia o primeiro número da *Chronica da Terceira*.

Criada como órgão da Regência, a *Chronica da Terceira* propunha-se sair “pelo menos uma vez cada semana”; os assinantes pagavam 300 reis por quatro números, vendendo-se cada número avulso por 100 reis; a impressão, em fólio pequeno de papel almaço, era feita na primeira tipografia do arquipélago, que se chamou Impressão do Governo, cujo material chegara na escuna que trouxera para Angra os emigrados académicos que haviam estado em

⁴ Em rigor, a nomeação foi de D. Maria e Palmela referendou-a.

Plymouth⁵. O jornal tinha 4 páginas de 26,5x16,9 cm. a 2 colunas de 73 linhas, às vezes mais, quando era necessário reduzir o corpo da letra para permitir acabar um texto. Tratava-se, portanto, de um formato bastante pequeno e esse foi, aliás, um dos motivos invocados para a sua substituição por outra publicação, de maiores dimensões e com folha de três colunas em vez de duas, que permitiria acolher uma informação mais completa. Chamava-se esse novo periódico simplesmente *Chronica*, tinha como subtítulo *Semanário da Terceira* e era redigido pelas mesmas pessoas que haviam redigido o anterior⁶.

O primeiro redactor da *Chronica da Terceira*, incumbido da tarefa pelo então major de engenheiros Bernardo de Sá Nogueira, que havia chegado de Inglaterra em Dezembro de 1829, foi Simão José da Luz Soriano, “liberal de cujo puritanismo não é lícito suspeitar-se”, nas palavras do Dr. Alfredo da Cunha⁷.

Soriano havia já passado pelo exílio na Galiza e na Inglaterra e, de acordo com o que escreveu nas suas memórias, aceitou o encargo “com mais repugnância do que satisfação” e com “a expressa condição, entre outras, de que nesse periódico se transcreveriam sempre fielmente todas as notícias quer fossem favoráveis quer desfavoráveis”⁸. Não ficou Soriano muito tempo à frente da *Chronica da Terceira*: afastar-se-ia ao fim de três ou quatro meses, como ele próprio afirma⁹, seguindo-se-lhe os académicos Elias José de Moraes e José Estêvão Coelho de Magalhães e o capitão de voluntários da Rainha João Eduardo de Abreu Tavares¹⁰. O último número foi o 44, com data de 27 de Março de 1831, ou seja, 24 dias depois da chegada de D. Pedro IV a Angra.

No primeiro número, a *Chronica da Terceira* apresentava o jornal numa “Introdução” relativamente extensa:

⁵ Alberto Bessa, *O Jornalismo Português*, p. 163.

⁶ Dela se publicaram 38 números, desde o dia 1 de Abril até 3 de Março de 1831, e continuaria no Porto, depois do desembarque liberal no Continente, com o título de *Chronica Constitucional do Porto*. Existe ainda uma outra *Chronica da Terceira*, que começa a publicar-se em 5 de Agosto de 1846 e de que saíram apenas 9 números, o último dos quais a 16 de Setembro desse ano.

⁷ *Elementos para a História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, 1941.

⁸ Soriano, Simão José da Luz - *Revelações da minha vida e memórias de alguns homens e factos meus contemporâneos*, Lisboa, 1860.

⁹ *Id.*, *ib.*

¹⁰ Alberto Bessa, *ob. cit.*, p. 162.

“Pareceu aos indivíduos que tomaram sobre si a redacção de uma folha periódica, que este trabalho podia ser útil, e agradável, não só aos portugueses reunidos nesta Ilha, mas também aos que fora dela se acham empenhados na mesma causa, por isso que os primeiros acharão nela, além dos actos da Regência, e primeiras autoridades que em nome da Rainha nos governam, e cujo conhecimento é a todos necessário, extractos das notícias estrangeiras, não só no que respeita aos interesses portugueses, mas também dos principais factos que ocorrem entre as nações, e alguns artigos de ciências e artes, que interessam sempre os homens por circunstâncias privados dos recursos que nas diversas folhas políticas e científicas se encontram na Europa e pelo que toca aos Portugueses existentes fora da ilha Terceira, é evidente que lhes será grato o conhecimento dos actos do governo e as notícias daqueles de seus concidadãos colocados no posto importante onde se encerra a representação legítima de S.M., os leais defensores da mesma Augusta Senhora, e a esperança da restauração da Pátria.”

Até aqui, expunham-se os objectivos do semanário: publicação dos actos da Regência, ou seja, da legislação que fosse sendo aprovada, e apresentação de noticiário estrangeiro, em particular do que dissesse respeito aos interesses portugueses; os artigos de carácter científico ou literário ficaram, na prática, reduzidos à mínima expressão; um quarto objectivo, e não o menos importante, era dar a conhecer aos liberais exilados, ou aos que vivessem no território continental, a legislação que fosse saindo e dar-lhes alguma esperança para o futuro pelo simples facto de existir um pedaço de solo português que obedecia a D. Maria II e observava e defendia a Carta Constitucional.

Relativamente ao noticiário a incluir no periódico, desde logo se fazia uma ressalva:

“Para desempenhar este fim, será o nosso invariável desvelo escolher entre as diversas notícias aquelas que tiverem o carácter de veracidade e de sisudeza, excluindo aquelas que nos parecerem destituídas da verosimilhança, ou ditadas por um espírito de alucinação em qualquer género.”

Dava-se agora sinal da orientação da folha: afastar da publicação todas as notícias que não estivessem conforme o referido “carácter de veracidade e de sisudeza”, ou seja, que o redactor entendesse não estarem de acordo com esse padrão. No entanto, era garantido que por fidelidade à verdade seriam sempre expostos os factos e as opiniões importantes:

“Certos de escrever para homens superiores aos terrores e capazes de encarar com firmeza os perigos e as dificuldades e reconhecendo que a perseverança e uma inabalável constância são e devem ser os caracteres dos Portugueses vítimas até agora da fidelidade, nem procuraremos

oferecer-lhes esperanças sem fundamento, nem encobriremos os obstáculos e estorvos que possam retardar o resultado feliz por que todos suspiramos; mas fiéis sempre à verdade exporemos francamente os factos e as opiniões importantes, esperando que a Justiça da nossa causa, as diligências e esforços constantes daqueles que nos dirigem, auxiliados pela esperada protecção do Augusto Pai da nossa adorada Soberana, nos darão ocasião a poder, como desejamos, anunciar antes prósperos resultados que factos tristes em circunstâncias desanimadoras.”

Esta foi, portanto, a orientação definida para o semanário que conhecemos, mas que inicialmente talvez tivesse outro objectivo.

Com efeito, existe um outro número 1, com data de 14 do mesmo mês e ano, encontrado, na sua colecção privada, pelo Dr. Cândido Pamplona Forjaz, que o revelou em artigo publicado, há mais de 40 anos, no nº 21/22 do *Boletim* do Instituto Histórico da Ilha Terceira¹¹. Nenhum outro autor cita a existência deste número – que não figura em qualquer das colecções guardadas nos arquivos portugueses – e o próprio Luz Soriano, em carta de 4 de Julho de 1885, dirigida ao jornal *O Conimbricense* e transcrita no tomo XIX do Dicionário Bibliográfico de Inocêncio, afirma que o primeiro número da *Chronica da Terceira* saiu com a data de 17 de Abril de 1830. Parece ter havido uma intenção deliberada de ocultar a existência do número de 14 de Abril, talvez porque Soriano estivesse convencido de que todos os exemplares haviam sido destruídos e não se orgulhasse de alguma cedência pessoal que, a ter existido, poucas semanas demoraria. O Dr. Pamplona Forjaz observa que, comparando o texto de apresentação dos dois números 1, o de 14 de Abril é muito mais curto e sóbrio, ocupando apenas treze linhas e meia de uma coluna, contra as 44, em 2 colunas, da edição de 17. Reza assim a apresentação do número de 14 de Abril: “Neste primeiro número da nossa folha não principiaremos com enfáticos e empolados discursos, mas somente protestamos a todos os senhores subscritores, que jamais nos apartaremos de seguir unicamente a verdade, isto é, de expormos as notícias que tivermos tais quais elas são, dando as certas como certas e as prováveis como prováveis. Portanto, não enganaremos o público com favoráveis e fictícias notícias, para que não passemos dum extremado contentamento a uma acerba desesperação, único efeito de tais enganos, ficando-se sempre entendendo em todos os nossos números a sentença – *Amicus Plato, amicus Cicerus sed magis amica veritas*.”

Para o Dr. Pamplona Forjaz, que considera significativo o desaparecimento da sentença latina, é evidente a diferença de tom entre os dois textos: a 14 de Abril, a *Chronica da Terceira*

¹¹ Devo esta informação ao meu amigo e ilustre investigador João Dias Afonso.

apresenta-se como um periódico noticioso, enquanto a 17 de Abril é já “uma espécie de órgão da Regência”. A reforçar a sua opinião, aponta a diferença enorme entre as notícias publicadas num e noutro número sobre a chegada a Angra, a 13 de Março, dos dois membros da Regência nomeados por decreto de D. Pedro (o terceiro, Vila Flor, já se encontrava na ilha, como se viu acima). Extrema sobriedade a 14, considerável empolamento a 17.

Como fazia a *Chronica da Terceira* a propaganda do liberalismo? Em primeiro lugar, naturalmente, com a publicação dos documentos oficiais. Depois, com a sábia selecção das notícias que sobre Portugal iam aparecendo nos jornais ingleses e franceses; em terceiro lugar, com a exaltação de acontecimentos que interessavam directamente aos constitucionais, como a insurreição de Bruxelas, a queda de Wellington, em Inglaterra, ou a de Carlos X, em França, que o jornal classificou de “estupenda e maravilhosa revolução”, entusiasmo que se justifica tanto mais quanto “o Governo do novo Rei dos Franceses, cedendo graciosamente às instâncias do Ministro da Senhora D. MARIA II naquela corte, mandou continuar aos Emigrados portugueses ali residentes os subsídios que o passado Governo tinha mandado suspender”; e ainda acrescenta o mesmo comentário: “O exemplo da França é tão notável que não deixará de ser seguido por todos os povos ilegal e injustamente oprimidos. Todas as folhas anunciam como próximas grandes comoções em Espanha, as quais decerto hão-de ser seguidas, senão precedidas, por outras ainda maiores em Portugal, aonde o mais cruel e imoral dos Governos tem esmagado com jugo de ferro tudo quanto há nobre e generoso na Nação.” Por fim, a propaganda – ou divulgação, se se quiser um termo mais brando – das ideias liberais era feita principalmente com algumas “Noticias de Angra”, em geral, nem sempre, autênticos editoriais, no sentido que hoje é dado à palavra. As “cartas ao redactor”, alguns “faits-divers”, umas quantas – e eloquentes – informações sobre livros ou representações teatrais, várias notícias de Lisboa chegadas por carta e meia dúzia de anúncios comerciais, mais uns tantos anúncios de espectáculos teatrais completam, *grosso modo*, o ramalhete

Que relevo era dado a cada uma destas, chamemos-lhe assim, rubricas?

Como se disse, a *Chronica da Terceira* publicava-se habitualmente aos domingos, com 4 páginas de 2 colunas, mas houve 5 números (13, 30, 37, 41 e 43) que saíram com 6 páginas, 2 suplementos com 1 página (aos números 23 e 43), 1 suplemento com 2 páginas (ao número 25) e uma Folha Extraordinária com 2 páginas publicada no dia 13 de Dezembro, sem número.

Fazendo algumas contas simples, embora não totalmente rigorosas, obtém-se, creio eu, uma ideia bastante aproximada do espaço dedicado no jornal a cada um dos temas. Assim, tendo a *Chronica da Terceira*, habitualmente, 4 páginas a 2 colunas, ou seja, 8 colunas por número,

para um total de 44 números teríamos 352 colunas; todavia, como existem as excepções acima indicadas, o número total de colunas sobe para 384. Destas, 164 (42,7%) são dedicadas às notícias extraídas dos jornais e 108 (28,1%) aos documentos oficiais, temos aqui um total de 272 colunas (70,8%) para esses dois temas dominantes. Restam 112 colunas, menos de um terço; dessas, 55 colunas (14,3 %) serão ocupadas com os comentários ou com as “cartas ao sr. redactor”, que mais não são do que comentários que a *Chronica* não quer fazer seus. Restam 57 colunas (14,8%) para tudo o mais: notícias, curiosidades, publicidade de vária espécie, etc.

Notar-se-á que a documentação oficial ocupa consideravelmente menos espaço do que os jornais estrangeiros e isto sem que a *Chronica* tenha, por si, capacidade financeira para assinar qualquer periódico que lhe chegue regularmente, vendo-se limitada ao que os barcos traziam e que lhe era oferecido. No último número, o redactor queixa-se: “Pequeno é o número dos nossos subscritores em razão da singular posição em que se tem achado esta ilha; de maneira que o produto das assinaturas apenas chega para as despesas ordinárias do papel, e pagamento dos compositores, sem que reste um sobresselente que o redactor possa empregar na assinatura dum jornal inglês ou francês, dos mais acreditados a fim de termos as notícias seguidas, e não interpoladas, como sucede, com a vinda de algumas folhas avulsas, a pessoas particulares as quais somos obrigados a mendigar para satisfazer a justa curiosidade dos nossos leitores, a que, muitas vezes, apesar da nossa diligência, não podemos alcançar.” Passe, claro, o exagero, pois é evidente que só os membros da Junta receberiam numerosos jornais e não seria necessário ao redactor da *Chronica* “mendigar” a sua cedência.

Apesar do escasso número de subscritores, a *Chronica da Terceira* foi um importante instrumento para a divulgação externa dos actos da Junta e, com o noticiário colhido nos jornais estrangeiros, para a informação interna do que se ia passando no estrangeiro com relação a Portugal. Não pode esquecer-se, repito, que na ilha havia muitos partidários de D. Miguel, cujo ânimo convinha abater. É claramente com esse objectivo que o jornal presta considerável atenção a assuntos como a revolução parisiense de 1830, que derrubou o absolutista Carlos X e levou ao trono o liberal Luís Filipe, como a doença e morte do rei de Inglaterra, Jorge IV. A este propósito, publica-se mesmo uma nota sublinhando a amizade que unia a Duquesa de Clarence, nova Rainha da Grã-Bretanha, a D. Maria II, observando-se que “ainda que em negócios políticos de alta monta nem sempre os sentimentos pessoais dos Príncipe bastem para servir de garantia, contudo não deixamos de considerar a circunstância acima indicada como um meio favorável”¹². Em vários números da *Chronica* não faltaram também largas passagens

¹² N.º 15, de 28 de Julho, p. 4.

dos debates nas Câmaras inglesas, dando particular relevo às falas dos parlamentares que defendiam D. Maria II, e quando, em Novembro, cai em Londres o Governo do Duque de Wellington, a *Chronica da Terceira*, mal lhe chega a notícia, publica uma folha extraordinária, a única do seu ano de vida, dando conta e comentando o que se passara: “O evento da resignação do ministério a que presidia o Duque de Wellington era uma necessidade que devia acontecer mais dia, menos dia: o seu efeito é de consequências tais, que mal pode ver-se-lhe o termo, não só a respeito da liberdade do mundo, porém muito em particular da liberdade de Portugal.” No mesmo número, é apresentada a lista do novo governo britânico cujos nomes “são conhecidos ao mundo liberal e a quase todos devem os verdadeiros portugueses gratidão pelo bem que têm advogado os direitos da Senhora D. Maria II e combatido a usurpação.”

Para a propaganda externa recorria-se principalmente à divulgação dos actos da Regência, muitas vezes devidamente comentados.

Logo no primeiro número, a *Chronica da Terceira* inseria uma Proclamação, com data de 20 de Março, que tocava num ponto essencial que era necessário dar a conhecer *urbi et orbi*, mais *orbi* do que *urbi*, pois o importante era que no estrangeiro (leia-se Inglaterra, França e Brasil) se soubesse que “a Regência Criada para Governar os Reinos de Portugal, e Algarves, e seus Domínios, em nome da Senhora D. MARIA II, Nossa Legítima Rainha, acha-se instalada em território português [...] onde vieram quebrar-se todos os esforços do inimigo do trono”. Mais manifestava a Proclamação, eloquentemente, a esperança de que “os soberanos da Europa hão-de aplaudir o nosso esforço”; e no segundo número informava da próxima partida de Inglaterra para o Rio de Janeiro de “um agente português, portador da notícia da instalação da Regência de Portugal na Terceira.”

Era porém, através de comentários – mais ou menos extensos – que se fazia a propaganda do constitucionalismo e suas virtudes.

Assim, por exemplo, no número 3, de 27 de Abril, uma pequena notícia dava conta da abertura das aulas na Escola Militar Provisória que permitira o regresso dos estudantes de Coimbra à “cultura das ciências depois de quase dois anos de interrupção”. No número seguinte, a notícia era alargada e publicavam-se as palavras do director da Escola, Luís Mouzinho de Albuquerque, também ministro e secretário de estado, que comparou a situação na Escola Militar Provisória, onde todos “podem nela aprender”, com a que se verificava em Coimbra e nas academias, de onde eram excluídos pelo “governo do usurpador todos quantos não têm dado provas de adesão à sua tirania”.

Outro assunto que mereceu grande atenção foi, no número de 6 de Maio, as cerimónias comemorativas da concessão da Carta Constitucional por D. Pedro IV. Os festejos, em que desempenharam papel importante as iluminações, as “luminárias”, como se dizia, tinham, seguramente, como objectivo principal mostrar aos opositores internos a força dos constitucionais: “Reuniram-se as tropas em grande parada no campo do Relvão: e tendo-lhes passado revista o Sr. General Conde de Vila Flor, elas desfilaram e foram formar-se na praça principal da cidade e ruas adjacentes. S. Exa. deu os vivas à Rainha a Sra. D. Maria II, a Seu Augusto Pai, à Carta Constitucional; vivas que foram respondidos com o maior entusiasmo.” Depois, a mensagem, exaltando o garbo dos militares em parada, já tinha outros destinatários: “As tropas tinham a mais bela aparência; e sendo compostas pela maior parte de oficiais e soldados experimentados, podem comparar-se pelo seu arranjo e disciplina às melhores da Europa [...] O batalhão n.º 2 de Caçadores e o Regimento Provisório distinguiram-se pelo bom gosto das suas respectivas iluminações. No cume do Monte Branco ardia um enorme e brilhante facho, indicando aos bloqueantes que na Terceira se festejava a concessão duma lei fundamental a cuja obediência, para próprio bem, ainda os veremos sujeitos.”

Havia também que mostrar clemência, estabelecer a diferença entre a magnanimidade dos constitucionais e o comportamento opressor dos absolutistas. Assim, um decreto da Regência, com data de 21 de Abril, mandava “que se ponha perpétuo silêncio em todos os Feitos Crimes, que têm sido formados, ou processado por ocasião daquelas ocorrências (a aclamação de D. Miguel, em 18 de Maio de 1828) e que por tais feitos não se proceda mais contra réu algum, posto que esteja neles pronunciado ou já preso.” Mais tarde, a 17 de Maio, surgia o comentário ao decreto. “Este memorável documento merece toda a nossa atenção, tanto pela moderação, clemência e imparcialidade com que foi redigido, quanto pelo notável contraste que faz com os procedimentos bárbaros e sanguinários desse governo usurpador que há dois anos tiraniza o malfadado Portugal, dando cada dia novos exemplos da sua ferocidade em multiplicadas perseguições, encarceramentos e assassinatos de inocentes vítimas.” E mais adiante dirige-se concretamente aos “homens simples e tímidos que tendo seguido o mesmo partido (o miguelista) por medo da sua violência e tirania, agora se conservam nele com receio da justa vingança da legitimidade. Quanto a estes, temos com que dissipar seus receios e tranquilizar suas consciências: leiam o decreto de 21 de Abril e aprendam a conhecer por ele a clemência do governo da Senhora D. Maria II.”

Aliás, a questão dos presos nas cadeias continentais era recorrente na *Chronica*, que aproveitava sempre para estabelecer o contraste com o que devia supor-se ser a atitude dos liberais. Dois exemplos, recolhidos pelo jornal de cartas particulares recebidas em Angra:

1) “por ocasião da semana santa, e conforme com o antigo uso dos Reis de Portugal, fez D. Miguel restituir a liberdade a 15 presos, entre os quais se não acha um só implicado em crime por opiniões políticas. D. Miguel deu a preferência a salteadores de estrada carregados de crimes espantosos”;

2) “Foram justicados seis criminosos de desacatos: alguns consta-nos que tinham sido delatores de constitucionais na ilha da Madeira. Em seus embargos alegaram estes serviços ao rei. Mas tão horrorosos eram seus crimes, que nem isto lhes valeu. Note-se que qualidade de gente faz serviços ao usurpador!”

Vejamos mais alguns comentários, relevantes para a compreensão dos mecanismos de propaganda usados pela *Chronica da Terceira*:

Por exemplo: no n.º 10, de 12 de Junho de 1830, encontra-se, com data de 2, um decreto determinando que “os Decretos e Regulamentos que sucessivamente se forem promulgando sejam publicados e impressos em série seguida e numerada, para assim chegarem à notícia de todos e terem a força de Lei Geral enquanto não forem revogados, ou alterados, pela forma ordenada na Carta Constitucional”. Seguem-se alguns decretos, designadamente, sobre questões de justiça, e depois um extenso comentário, ocupando mais de duas colunas e que é uma peça claramente destinada a levantar o moral dentro e fora dos Açores: “Com grande satisfação chamamos a atenção dos nossos leitores para os decretos da Regência que publicamos no nosso número de hoje os quais na nossa opinião contêm a promessa explícita do pronto estabelecimento daquelas sábias instituições que nos foram prometidas na Carta Constitucional da Monarquia [...] O decreto de 2 de Junho promete-nos que em pouco tempo havemos de gozar de todos os benefícios do sistema constitucional; e é muito justo que nesta Ilha aonde mais se tem trabalhado para sustentar os direitos da Senhora D. Maria II, aqui mesmo se faça o primeiro ensaio prático das instituições prometidas nesse código precioso que contêm nas mesmas páginas consignados os direitos de Sua Majestade e os dos seus leais súbditos. Quando a Legitimidade levantar o seu voo do Monte Brasil para ir estabelecer-se no Reino donde o perjúrio e a traição momentaneamente a expulsaram, irá logo escoltada pelo majestoso cortejo das sábias reformas e salutaras instituições, que hão-de cicatrizar as feridas da pátria e preencher os desejos de todos os homens sensatos, enchendo de confusão e reduzindo ao silêncio aqueles que o não forem.”

Em 30 de Junho foi publicado outro decreto, este sobre a publicitação dos processos-crime e em 28 de Julho surge o comentário porque “o decreto de 30 de Junho transcrito na *Chronica da Terceira* é de tão importante transcendência que não nos podemos dispensar de apresentar

a nossos leitores algumas reflexões a seu respeito”. Tece o articulista as suas observações e conclui: “Enfim, a inflexibilidade das leis, a sua justa distribuição, a rectidão dos Juizes e a aplicação das penas só pode ser conseguida pela exacta observância do Decreto de 30 de Junho, deixando nós de falar das suas outras utilidades, pois que facilmente se podem deduzir da sua leitura.”

Perante a quantidade de disposições legais que a Regência produzia, o jornal já defendera, no número de 20 de Julho, que as leis devem ser publicadas imediatamente por decreto, a fim de não se perder tempo no futuro: “É verdade que não temos aqui (na Terceira) as Câmaras, que reúnem em si o poder legislativo, e a sabedoria nacional; porém, como não há tempo a perder, e as doutrinas da legislação estão suficientemente desenvolvidas, torna-se inevitável que estas medidas legislativas fiquem por agora sem o respectivo selo da autoridade das mesmas Câmaras.”

Quanto às cartas, eram elas fonte frequente de informações, que podiam ou não ser verdadeiras pois não havia forma de confirmá-las. Traduziam, naturalmente, os desejos dos liberais. É o caso, por exemplo da informação de que “no batalhão 8 e nos mais corpos tem aumentado muito o espírito constitucional; todos os soldados que formaram parte das tropas que se declararam pela causa da Rainha em 1828 e que foram unidos aos corpos de D. Miguel conservam o mesmo nobre espírito, quase todos os que em 1826 e 1827 combateram contra os rebeldes têm iguais sentimentos e muitos outros se têm a eles unido.” Comenta a *Chronica da Terceira*: “Não nos causa admiração o que afirma o correspondente porque estamos seguros que nesta ilha Terceira se achariam agora quase todos os soldados que depois da retirada do Porto entraram em Galiza se não fossem os infames tratamentos que contra nós praticaram as indignas autoridades espanholas a quem havíamos pedido hospitalidade, donde resultou a miséria e literalmente a fome que obrigou muitos indivíduos a voltar a Portugal onde hoje nos esperam com os braços abertos.”

Noutra ocasião, no n.º 25 de 1 de Novembro, publicavam-se notícias sobre acontecimentos políticos em vários países europeus e também em Portugal. Neste caso referia-se a prisão de muitas pessoas, “cerca de quatrocentas”, e acrescentava-se: “Os operários do Arsenal recusaram trabalhar, porque havia muito que não eram pagos, e entre a tropa reinava tal espírito de insubordinação que conservavam os soldados fechados nos quartéis e o armamento guardado nas casas-fortes. Em semelhante situação, qualquer número de homens que desembarcassem nas costas daquele infeliz Reino, sendo capitaneados por um nome respeitado e conhecido, tal como o do Exmo. Snr. Conde de Vila Flor, sem quase oposição alguma verificaria a restauração do Trono usurpado a Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II.”

Outro exemplo, a informação de uma carta datada de Lisboa, 15 de Setembro, e publicada a 21 de Novembro, de que citarei apenas as primeiras linhas: “O estado de efervescência em que continua a achar-se esta capital, faz temer ao governo uma revolta aberta.”

Não resisto a observar que notícias como esta contribuíram seguramente para levarem os liberais da Terceira à convicção de que quando desembarcassem em Portugal seriam recebidos de “braços abertos” e que o país inteiro se levantaria a seu favor. Triunfaram, é verdade, mas bem mais dificilmente do que julgavam.

No n.º 37, de 23 de Janeiro de 1831, a *Chronica da Terceira* faz um balanço do ano anterior, embora lamentando não poder recapitular e apresentar aos leitores “um resumo de todos os sucessos que tiveram lugar no ano que expirou” devido a ter estado privada “uma grande parte do mesmo ano, de notícias seguidas, recebendo, o mais das vezes, interpolados os jornais estrangeiros, fixando além disto toda a nossa atenção naqueles acontecimentos que poderiam ter, directa ou indirectamente, correlação com a nossa situação política”. Refere depois alguns desses acontecimentos e salienta os que mais directamente tiveram a ver com desaires do absolutismo: “Dois Monarcas amados dos seus súbditos subiram aos mais florescentes tronos da Europa. A França firmou um pé em África e com a espada do direito popular feriu de morte o direito divino (referia-se à conquista de Argel). A Bélgica conquistou a sua liberdade e se inscreveu na lista das nações independentes. A Polónia espedaçou o grilhão que a Rússia lhe havia lançado e se prepara para sustentar a sua independência. Toda a Europa está em comoção: o fogo da liberdade brilha em diversos pontos do continente. O colosso da Santa Aliança, escoltado de velhas instituições, se acha em campo contra os direitos dos povos [...] Os espíritos dos povos tem mudado. Há dezasseis anos que as luzes, e instituições livres, têm feito imensos progressos. A revolução da França achou um eco em toda a Europa. A Santa Aliança perderá, pois, o fruto das suas fadigas em 1814 e 1815. E ficaremos nós, pacíficos espectadores desta luta geral, onde igualmente serão decididos os nossos destinos. Quinhoaremos nós a glória dos povos que vão pugnar por uma justa liberdade? Os dois mais fortes anéis do grilhão do poder absoluto estalaram. Os sucessos do ano passado mudaram, em parte, a política da Europa: os obstáculos que temos encontrado se removerão com ela.”

No mesmo número encontra-se um “Artigo Comunicado” que toca dois assuntos, um dos quais algo surpreendente.

O primeiro, salienta a importância da legislação publicada: “A liberdade absoluta da pesca, a publicidade dos processos, a instalação das juntas paroquiais, o livre tráfico do sabão, o princípio do libertamento do óptico e o franquear a todos o comércio da urzela, são resoluções

da mais sublime política popular: sua transcendência é de uma ordem tal, que a maior parte dos Portugueses não a podem conhecer, senão passados alguns anos, comparando os resultados com o estado público antes destas leis.”

O segundo é uma defesa, extensa e em termos muito enérgicos, do uso da Língua Portuguesa no culto religioso. “Não há razão alguma – lê-se – pela qual a língua dos antigos romanos seja preferível para o culto divino à linguagem dos conquistadores da Ásia, dos descobridores do Brasil, e dos heróicos vencedores de África [...] Falar a Deus somente em Latim e pelo estilo latino é supor a Deus um velho centurião romano [...] Deus é Pai de todas as nações e todo o pai entende a linguagem natural de seus filhos: quando um filho ora a seu pai nada mais digno e ingénuo que orar sem esforço na linguagem do seu coração [...] Os argumentos expendidos parecem suficientes para demonstrar que o nosso culto deve ser em português: quando estes não bastem apresentar-se-ão muitos mais, e mais fortes, que o comprovem; o governo que determinar a celebração do culto divino em linguagem vulgar fará um grande serviço à nação e terá um lugar distinto na posteridade.”

Parece poder inferir-se que esta questão estaria na agenda dos liberais, pelo menos nos da Terceira, mas deverá ter ficado esquecida e a verdade é que passou mais de um século para que se passasse a rezar em Português e não foi por iniciativa de qualquer governo. Foi com o concílio Vaticano II.

Para terminar, só queria apontar duas outras armas usadas na difusão das ideias liberais: os livros e o Teatro. Ao longo do seu ano de vida, a *Chronica da Terceira* deu conta da subida à cena de várias peças teatrais e em mais do que um teatro. Assim, no número de 27 de Abril anunciava-se que no dia 29, aniversário da concessão da Carta Constitucional pelo Sr. D. Pedro IV, seria representada no Novo Teatro a tragédia *Alzira*, de Voltaire. *Mafoma*, outra tragédia do mesmo autor, tinha subido à cena dois dias antes no teatro da Sociedade dos Oficiais Inferiores. A esta obra e a um engraçado entremez, composição de um dos sócios, informa a *Chronica* a 6 de Maio, assistiram os membros da Regência, a Condessa de Vale Flor¹³ e muitos oficiais superiores. No número de 6 de Maio dizia-se que além da peça houvera “uma dança”, acrescentando-se: o vestuário era rico e apropriado às personagens, o teatro estava muito bem iluminado e todos os camarotes ocupados por senhoras”. Neste teatro da Sociedade dos Oficiais Inferiores representou-se também, mas a 29 de Junho, a tragédia “Nova Castro”.

¹³ A Condessa e a mulher de Mouzinho de Albuquerque eram as únicas damas da emigração que se encontravam nos Açores. A Condessa, então ainda muito jovem e que era a segunda mulher do Conde, chegara de Ostende no dia 12 de Dezembro de 1829 e residiu na Terceira até 19 de Abril de 1832.

A 22 de Junho representou-se “no Teatro do Conselheiro Teotónio de Ornelas Borges Ávila a peça portuguesa o Ministro Constitucional e um Elogio Dramático, a que concorreram as pessoas mais conspícuas desta cidade e os Exmos. Membros da Regência do Reino”. Noutra ocasião, “no lindo teatro dos curiosos do batalhão de Voluntários da Rainha, foi representado o drama *A Guerra Declarada* e uma graciosa farsa, em música”, representação a que assistiu – diz o jornal – o brigadeiro Conde d’Alva.

Claro que para além das representações teatrais, as pessoas procuravam outras formas de divertimento e a Condessa de Vila Flor presidia no Palácio a um baile quinzenal.

Havia também a leitura. Vitorino Nemésio¹⁴ pergunta: “Que liam os exilados?” e responde: “Na Terceira não havia o luxo de livrarias. Imprimiam-se contudo folhetos de circunstância [...] A Regência instalou lá tipografia, um prelo de mão [...] mas a produção do triste prelo não tinha pasto de espírito para as exigências do escol da emigração. De resto, não era essa a missão desse prelo de trem de campanha, mas imprimir folhetos noticiosos e proselíticos.” Entre esses folhetos, encontravam-se uma “nova edição da Carta Constitucional” em 8.º pequeno, “formato muito portátil e cómodo”, o mesmo dos Decretos da Regência, Ordens do Dia e “mais impressos oficiais” a 40 rs. cada folha de impressão. Quanto aos livros, anunciava-se que se encontravam à venda obras de “J. B. S. L. de Almeida Garrett” (*Catão, Adozinda e Lírica de João Mínimo*) e dizia-se que quando se acabassem os exemplares existentes os interessados podiam solicitar a sua encomenda e mandar-se-iam vir de Inglaterra; mas vendiam-se também o *Espírito das Leis*, de Montesquieu, a *Henriada*, de Voltaire, *Atala*, de Chateaubriand. Dava-se notícia de que acabavam de ser publicadas em Londres obras de Ferreira Borges, a *Sinopsis Jurídica* e a *Jurisprudência*. Dava-se conta da reimpressão da *Folhinha*, de Luz Soriano, ou da “narração dos feitos da acção da Praia”, que se vendia a 100 rs. na loja n.º 96 da rua da Sé. Noutro género, anunciava-se a saída à luz das “XIX Manobras d’Infanteria”, da autoria do coronel António Valdez, que se encontrava na loja da *Chronica* por 1.000 rs.. Mais: oferecia-se também “Trabalho d’Encadernador” “com a perfeição que se desejar por preços razoáveis”; e um explicador de Gramática Latina comunicava ter recebido da Regência licença para abrir aula de Latim e mesmo de Latinidade e dava como referências o facto de ser filho “do doutor em Medicina Gonçalo Rodrigues Palhinha”.

Creio ter ficado demonstrado, com os poucos exemplos que deixei – e poderiam ser muitos mais se o tempo o permitisse –, que a *Chronica da Terceira* cumpriu perfeitamente os objectivos que se propôs: dar a conhecer aos portugueses, não só aos que se encontravam

¹⁴ *Exilados* (1828-1832), Livraria Bertrand, Lisboa, s/d

na ilha, como aos que, fora dela, se achavam “empenhados na mesma causa”, os actos da Regência, “cujo conhecimento é a todos necessário” mas também, principalmente para consumo interno, “extractos das notícias estrangeiras, não só no que respeita aos interesses portugueses mas também dos principais factos que ocorrem entre as nações”. Fica, porém, a pergunta: seriam diferentes os resultados se a orientação expressa no número de 14 de Março se tivesse concretizado num sentido mais noticioso e menos propagandístico? Nunca se poderá ter resposta. Contentemo-nos, portanto, com aquilo que existe.